Nota curricular

Formação académica — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1986.

Experiência profissional:

Ingresso na carreira diplomática em Fevereiro de 1989;

Na Direcção-Geral do Pessoal de Fevereiro de 1989 até Abril de 1993;

Cônsul de Portugal em Santos de Abril de 1993 a Janeiro de 1998:

Na Embaixada de Portugal em Oslo de Janeiro de 1998 a Novembro de 2001;

Na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, de Dezembro de 2001 a Fevereiro de 2003, nomeado chefe de divisão do Núcleo da Presidência Portuguesa da OSCE, tendo a seu cargo a dimensão humana e a dimensão económica e ambiental dessa Organização;

Na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, desde Fevereiro de 2003, nomeado chefe de divisão da Direcção de Serviços das Relações Externas Regionais, em regime de substituição, de Maio a Dezembro de 2003;

Na Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, nomeado chefe de divisão desde Dezembro de 2003, em regime de substituição, colaborando na preparação de pastas para o conselho europeu e de assuntos gerais, acompanhando o desenvolvimento da convenção europeia e a conferência intergovernamental com vista à conclusão do tratado constitucional, elaborando contributos, em colaboração com a REPER, no âmbito dos encontros de juristas linguistas com vista à finalização do texto do tratado constitucional.

Despacho (extracto) n.º 779/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 21 de Dezembro de 2004:

Rosarinho Pinto de Freitas Montez Melancia e Sabrina Isabel Frusoni Pereira, técnicas de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — nomeadas, na sequência de concurso, técnicas principais do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, sendo exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação dos novos lugares.

28 de Dezembro de 2004. — A Directora de Serviços, *Maria Benedita Tinoca*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 780/2005 (2.ª série). — *Lista n.º 75/04.* — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 25 de Outubro de 2004, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data
	de
	nascimento
Jarder Nunes Sousa	23-9-86
Elizabete Navarro de Mesquita	14-8-64
Adairton Cezar Souza Gomes	31-10-66

27 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Despacho (extracto) n.º 781/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 da directora regional de Educação Especial e Reabilitação da Região Autónoma da Madeira:

Dina Maria Anjo Pinto, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação da Região Autónoma da Madeira — autorizada a prorrogação da requisição neste serviço, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 782/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vogal executivo do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Maria do Carmo Alves Paulo Lucas, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — prorrogada a requisição neste serviço, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 783/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vogal executivo do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Luís Filipe Alves da Silva, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — prorrogada a requisição neste serviço, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 784/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Natália da Conceição Melo Soares Vieira, auxiliar de limpeza de escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada em comissão de serviço extraordinária na categoria de auxiliar administrativa do escalão 3, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 785/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Osvalda da Conceição Martins de Medeiros Soares, telefonista de escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada em comissão de serviço extraordinária na categoria de especialista auxiliar estagiária, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 786/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Artur Jorge Nugent Pestana Silva, especialista auxiliar de escalão 1, do quadro da Polícia Judiciária — reclassificado na categoria de especialista-adjunto de escalão 1, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 787/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Donatilde Melo Soares, auxiliar administrativa de escalão 6 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, na categoria de telefonista de escalão 6, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer

favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 788/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

Maria Amélia Barros Martins Machado, auxiliar administrativa do escalão 7 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada em comissão de serviço extraordinária na categoria de especialista auxiliar estagiária, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 789/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Outubro de 2004 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

Maria Catarina Lino Romão, telefonista do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista auxiliar estagiária na Polícia Judiciária — nomeada definitivamente especialista auxiliar de escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Rectificação n.º 40/2005. — Por ter saído com inexactidão no Diário da República, 2.ª série, n.º 304, de 30 de Dezembro de 2004, a p. 19 343, o despacho n.º 27 240/2004 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Maria de Fátima Capucho Pereira Malhado, especialista auxiliar do escalão 7 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de núcleo — dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2004.» deve ler-se «Maria de Fátima Capucho Pereira Malhado, especialista auxiliar do escalão 7 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de núcleo — dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.»

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Despacho (extracto) n.º 790/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Outubro de 2004 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça:

Licenciada Maria Esperança Matela Figueiredo — cessada, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004, a comissão de serviço como inspectora do quadro de pessoal de inspecção da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça.

17 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, António Nadais.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RÉGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local

Despacho n.º 791/2005 (2.ª série). — Nos termos da segunda parte do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, a reclassificação profissional é fundamentada na descrição das funções correspondentes à nova categoria da nova carreira, efectuada pelo membro do Governo com competências na área das autarquias locais, se tal descrição não se tiver verificado, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

Assim, nos termos do n.º 1.1, alínea c), do despacho n.º 24 522/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 26 de Novembro de 2004, aprovo o seguinte conteúdo funcional:

Grupo de pessoal técnico superior

Carreira: Médico municipal

Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, inerentes à respectiva licenciatura, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínios de actividade:

Realização de exames médicos de aptidão para o exercício da função, nos casos de admissão e mudança de posto de trabalho; Realização de exames médicos periódicos nos termos da lei aplicável:

Estudo da adaptação dos trabalhadores às condições de trabalho, e destas à fisiologia humana;

Elaboração de estudos e informações na área da sua especialidade:

Proposição da regulamentação das actividades relativas à medicina do trabalho;

Exame, prestação dos primeiros socorros e tratamento de sinistrados;

Confirmação, após a alta, da aptidão ao respectivo posto de trabalho de trabalhadores sinistrados;

Emissão de parecer visando a reintegração profissional de trabalhadores sinistrados com incapacidade temporária;

Diagnóstico e prescrição de medicamentos em situações de doença súbita;

Solicitação de exames complementares de diagnóstico que considere necessários:

Promoção de campanhas de vacinação e rastreio;

Promoção de acções visando a educação sanitária dos trabalhadores;

Coordenação e orientação dos postos de enfermagem;

Colaboração com os serviços de higiene e segurança na avaliação de riscos no local de trabalho;

Representação da câmara em grupos de trabalho ou comissões internas ou externas.

Grupo de pessoal técnico

Carreira: Engenheiro técnico mecânico

Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, inerentes ao respectivo curso superior, inseridas, nomeadamente, nos seguintes domínios de actividade:

Elaboração das condições técnicas para fornecimento de viaturas, máquinas e equipamentos, e para realização de trabalhos de conservação e ou reparação destes, através de firma da especialidade;

Apreciação e informação de concursos para efeitos de adjudicação;

Acompanhamento, controlo e avaliação técnica da execução de trabalhos a desenvolver no âmbito de exploração e manutenção de viaturas, máquinas e equipamentos, propondo as medidas de reajuste reveladas necessárias;

Controlo dos consumos e cargas das viaturas;

Acompanhamento, controlo e avaliação técnica de sinistros de viaturas, máquinas e ou equipamentos;

Elaboração de estudos de diagnóstico de situação, identificando tendências de desenvolvimento das actividades realizadas, contabilizando as técnicas e métodos necessários ao funcionamento dos serviços de exploração e manutenção de viaturas, máquinas e equipamentos;

Colaboração em acções de formação e reciclagem de pessoal dos serviços de exploração e manutenção de viaturas, máquinas e equipamentos;

Estudo, orientação e concretização de acções de segurança e higiene no trabalho, em articulação com os serviços e entidades competentes nessa matéria;

Apoio técnico aos serviços de exploração e manutenção de viaturas, máquinas e equipamentos;

Representação da câmara em grupos de trabalho ou em comissões internas ou externas.

Carreira: Restauro

Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, inerentes ao respectivo curso superior, inseridas, nomeadamente, nos seguintes domínios de actividade:

Execução, organização e orientação de trabalhos de limpeza e restauro de documentos gráficos em papel, pergaminho, fotografia e outros;